

CT.PR.11.3.061
25/02/2011

CONTRATO DE PROGRAMA

CONTRATO DE PROGRAMA, nos termos do autorizado através do Convênio de cooperação firmado entre o Estado de Pernambuco e o **MUNICÍPIO DE CUSTÓDIA** com interveniência da **COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA** para a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário sob o regime de gestão associada, no âmbito do território do **MUNICÍPIO DE CUSTÓDIA**.

Nos termos do autorizado em Convênio de Cooperação celebrado entre o ESTADO DE PERNAMBUCO e o **MUNICÍPIO DE CUSTÓDIA** com a interveniência da **COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA**, o ESTADO DE PERNAMBUCO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n°. 10.571.982/0001-25 representado pelo Governador do Estado, o Sr. Eduardo Henrique Accioly Campos, doravante denominado **ESTADO**, o **MUNICÍPIO DE CUSTÓDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n°. 11.358.165/0001-56, com sede na Travessa Heleno Aleixo, n° 132, 1º Andar, CEP: 56640-000, representando pelo Prefeito, Sr. Nemias Gonçalves de Lima, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e a **COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA**, sociedade de economia mista sob controle do Estado de Pernambuco, criada pela Lei Estadual 6.307, de 29.07.1971, com sede na Cidade do Recife, na Av. Cruz Cabugá, n°. 1387, Santo Amaro, CEP: 50040-905, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 09.769.035/0001-64, neste ato representada por seus Diretores: Presidente o Sr. Roberto Cavalcanti Tavares, de Gestão Corporativa o Sr. Carlos Eduardo de Brito Maia e o Diretor Comercial e de Atendimento o Sr. Décio José Padilha da Cruz, doravante denominada **COMPESA** celebram o presente **CONTRATO DE PROGRAMA**, que se regerá, com dispensa de licitação, pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Lei n.º 11.107, de 6 de abril de 2005 e suas alterações, além das demais disposições que lhe forem aplicáveis, pelas Cláusulas seguintes, e ainda,

CONSIDERANDO:

- I. A necessidade de adequação dos serviços de saneamento básico prestados no âmbito do **MUNICÍPIO DE CUSTÓDIA**;
- II. Os termos da Lei Estadual n.º 6.307, de 29 de julho de 1971, que criou a **COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA** e autorizou o Poder Executivo Estadual a ela delegar

a prestação dos serviços públicos de saneamento básico no **ESTADO;**

- III.** O disposto nas Leis Municipais de Custódia n° 882, de 16 de dezembro de 2010 e n° 884 de 24 de janeiro de 2011, que autoriza a promover a gestão associada do serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário, mediante Convênio de Cooperação com o Estado de Pernambuco, tendo como entidade executora a **COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA;**
- IV.** Os termos da Lei Estadual n°. 12.524 de 30 de dezembro de 2003 que consolidou e aperfeiçoou as leis de criação da **AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - ARPE**, que atribuíram a esta Autarquia Especial a regulação e fiscalização dos serviços de saneamento no **ESTADO;**
- V.** O disposto na Lei Federal n°. 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e regulamentada pelo Decreto n° 7.217 de 21 de Junho de 2010;
- VI.** O disposto no Decreto Estadual n°. 18.251, de 21 de dezembro de 1994, alterado pelos Decretos Estaduais n.º 30.774, de 05 de setembro de 2007 e n°. 33.354, de 29 de abril de 2009, n° 33.912, de 15 de setembro de 2009, n° 30.028. de 14 de outubro de 2009, n° 35.136, de 10 de junho de 2010;

DO OBJETO DA ÁREA E DO PRAZO

CLÁUSULA PRIMEIRA (DA VIGÊNCIA). A delegação da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário vigorará até o dia 31/12/2050. (N.R conforme SEGUNDO TERMO ADITIVO)

Passa a ser considerada como **ÁREA DE ABRANGÊNCIA** da prestação de serviços, todo o território municipal, classificando-o em **ÁREA URBANA** e **ÁREA RURAL**. (N.R conforme SEGUNDO TERMO ADITIVO)

§ 1º Na **ÁREA URBANA** a **COMPESA** será **PRESTADORA DOS SERVIÇOS**, nos termos da legislação. (N.R conforme SEGUNDO TERMO ADITIVO)

§ 2º Na **ÁREA RURAL** a **COMPESA** será prestadora ou desempenhará determinadas funções, como de apoiar prestador instituído pela própria comunidade. (N.R conforme SEGUNDO TERMO ADITIVO)

§ 3º Na **ÁREA RURAL**, a atuação da **COMPESA**, dar-se-á sem prejuízo da atuação de outros órgãos que atuam para este fim. (N.R conforme SEGUNDO TERMO ADITIVO)

§ 4º A **COMPESA** apoiará o desenvolvimento da **POLÍTICA DE SANEAMENTO RURAL**, nos moldes estabelecidos no Protocolo de Intenções, assinado pela Secretaria De Infraestrutura E Recursos Hídricos - Seinfra, a Secretaria De Desenvolvimento Agrário - SDA e a Companhia Pernambucana De Saneamento - Compesa, no dia 03 de fevereiro de 2021, da Portaria Conjunta nº 19/2020, e demais instrumentos que sejam formalizados. (N.R conforme SEGUNDO TERMO ADITIVO)

§ 5º. A **ÁREA URBANA** compreende a sede, que está estabelecida nos atuais perímetros urbanos definidos pelo IBGE, no censo de 2010. (N.R conforme SEGUNDO TERMO ADITIVO)

DAS DEFINIÇÕES

CLÁUSULA SEGUNDA: Além das definições utilizadas no Regulamento Geral do Fornecimento de Água e Coleta de Esgotos da **COMPESA**, neste **CONTRATO** e em seus Anexos, os termos a seguir indicados, sempre que grafados em letras maiúsculas, terão o significado a seguir transcritos, salvo se do seu contexto resultar sentido claramente diverso:

- I. SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO:** são as atividades integradas que compreendem a totalidade os serviços de captação, adução e tratamento de água bruta, e adução, reservação e distribuição de água tratada aos **CLIENTES**, além da coleta, transporte e tratamento de esgoto sanitário, inclusive a sua disposição final do corpo receptor, nas **ÁREAS AFETAS À EXPLORAÇÃO**, obedecida a legislação em vigor, especialmente a ambiental;
- II. ÁREAS AFETAS À EXPLORAÇÃO:** é o limite territorial do **MUNICÍPIO DE CUSTÓDIA**;
- III. BENS AFETOS À EXPLORAÇÃO:** é o conjunto de bens, instalações, equipamentos e edificações necessários à prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, que já existem e que venham a ser adquiridos posteriormente à celebração do presente **CONTRATO**, afetos à prestação dos serviços, no âmbito das **ÁREAS AFETAS À EXPLORAÇÃO**;
- IV. SISTEMA EXISTENTE:** é o atual conjunto de bens, instalações, equipamentos e edificações dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, objeto de exploração nos moldes deste **CONTRATO**, existentes antes do início da gestão associada;
- V. SISTEMA:** é o **SISTEMA EXISTENTE** e as suas futuras melhorias e ampliações a serem realizadas pela **COMPESA**;

- VI. TARIFA:** é o valor fixado em moeda corrente, utilizado pela **COMPESA** referente à cobrança dos serviços públicos de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário;
- VII. TARIFA MÉDIA:** é o valor da tarifa calculada pela divisão do faturamento da água ou esgoto dividido pelos metros cúbicos de água ou esgoto faturados;
- VIII. TARIFA SOCIAL:** tarifa cobrada do morador de imóvel abastecido pela **COMPESA**, cadastrado na categoria Residencial, não medido ou medido que apresente nos últimos 6 (seis) meses, para cada economia, consumo médio de água - de até 10m³/mês (dez metros cúbicos mês) e consumo médio de energia elétrica - na categoria residencial monofásico - de até 80 kwh/mês (oitenta quilowatts hora mês) e que também seja beneficiário de Programa de Proteção Social do Governo Federal: ou tenha Renda Familiar Mensal Comprovada de até 1 (um) salário mínimo vigente; ou tenha Renda Familiar Mensal Declarada de até (um) salário mínimo vigente e seja morador de imóvel com área construída de até 60 m² (sessenta metros quadrados), devendo tais conceitos e requisitos serem objeto de adequação aos termos da legislação vigente que discipline a matéria;
- IX. FATURA MÍNIMA:** fatura cujo valor por economia é equivalente ao valor fixado para o volume de 10m³ (dez metros cúbicos) para cada categoria, ficando, a cargo da **COMPESA**, a fixação do volume mínimo diferenciado, a ser cobrado dos **CLIENTES** comerciais e industriais com volume presumido superior a 150m³/mês (cento e cinquenta metros cúbicos);
- X. CLIENTE:** pessoa física ou jurídica que solicita à **COMPESA** a prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário para unidade receptora, responsabilizando-se pelas obrigações fixadas em regulamento que dispõe sobre a prestação desses serviços;
- XI. REGULAMENTO GERAL DO FORNECIMENTO DE AGUA E COLETA DE ESGOTOS DA COMPESA:** é o conjunto de normas que regulam a prestação dos SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E COLETA DE ESGOTO realizado pela **COMPESA**, integrante do Anexo I;
- XII. SERVIÇOS ADICIONAIS:** todos e quaisquer serviços não relacionados aos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEMANTO BÁSICO ou aos SERVIÇOS COMPLEMENTARES, que poderão ser prestados pela **COMPESA**, na forma prevista neste **CONTRATO**, com a utilização dos bens afetos ou vinculados aos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO;
- XIII. SERVIÇOS COMPLEMENTARES:** os serviços auxiliares, complementares e/ou correlatos aos SERVIÇOS PÚBLICOS DE

SANEAMENTO BÁSICO, compreendendo as atividades de corte, religação, supressão, expedição da segunda via de conta, entre outras;

- XIV. RECEITA ADICIONAL:** é toda e qualquer receita decorrente da prestação de SERVIÇO ADICIONAL, não relacionado aos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO ou aos SERVIÇOS COMPLEMENTARES, que poderá ser explorada pela **COMPESA**;
- XV. RECEITA COMPLEMENTAR:** é a receita oriunda dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES;
- XVI. RECEITA DA EXPLORAÇÃO:** é a receita oriunda da prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO, acrescida da RECEITA COMPLEMENTAR e da RECEITA ADICIONAL;
- XVII. REAJUSTE:** é o processo anual de recomposição do valor das TARIFAS diante das variações monetárias, mediante a aplicação de índice definido pela **ARPE**, que reflita a evolução de custos da concessionária;
- XVIII. REVISÃO:** é o processo de reavaliação quadrienal das condições da prestação dos serviços e do valor das TARIFAS, observando o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007;
- XIX. MODELO DE SANEAMENTO INTEGRADO:** é uma ferramenta de intervenção intergovernamental para dotar o espaço urbano de condições adequadas de vida, mediante um conjunto de ações intersetoriais, de forma a integrar os segmentos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, pavimentação e drenagem de vias, melhoria e/ou construção de instalações hidrossanitárias das residências, remoção e relocação de famílias para o reordenamento urbano, com consequente construção de moradias e educação sanitária e ambiental;
- XX. ORGÃO REGULADOR:** é a **AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - ARPE**, também denominada, por vezes, de **ARPE**.

§ 1º. Integram o **CONTRATO**, para todos os efeitos jurídico-legais, os seguintes Anexos:

- I. Anexo I - Regulamento Geral do Fornecimento de Água e Coleta de Esgotos da **COMPESA**;
- II. Anexo II - Tarifas e Estrutura Tarifária;
- III. Anexo III - Plano Municipal de Saneamento Básico;
- IV. Anexo IV - Inventários dos Bens;
- V. Anexos V - Planos de Metas.

§ 2º. O Plano Municipal de Saneamento Básico (Anexo III), que em seu bojo terá as metas e os investimentos, será acostado ao presente **CONTRATO DE PROGRAMA** até o exercício financeiro de 2014, nos termos do § 2º do art. 26 de Decreto Federal nº 7.217/10.

DO MODO, DA FORMA E DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

CLAUSULA TERCEIRA. A **COMPESA**, durante todo o prazo da vigência deste **CONTRATO**, deverá prestar serviços adequados, entendidos estes como aqueles que estejam de acordo o dispostos na legislação e nos regulamentos que disciplinam os serviços, bem como com o disposto no Convênio de Cooperação e neste **CONTRATO**.

§ 1º. Para os efeitos do que estabelece esta Cláusula, serviço adequado é o que tem condições efetivas de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia na sua prestação e modicidade das **TARIFAS** cobradas dos seus **CLIENTES**.

§ 2º. Para os fins previstos neste **CONTRATO** consideram-se:

- a) **Regularidade:** a prestação dos serviços públicos nas condições estabelecidas na legislação, nos regulamentos, no Convênio de Cooperação e neste **CONTRATO DE PROGRAMA** e em outras normas técnicas aplicáveis em vigor;
- b) **Continuidade:** a manutenção, em caráter permanente e ininterrupto, da prestação dos serviços e de sua oferta à população, em condições de regularidade;
- c) **Eficiência:** a execução dos serviços de acordo com as normas técnicas aplicáveis e em padrões satisfatórios estabelecidos na regulação, que assegurem, qualitativa e quantitativamente, o cumprimento do Plano de Metas (Anexo III), pelo menor custo possível;
- d) **Segurança:** a execução dos serviços de forma a garantir a segurança dos **CLIENTES**, dos trabalhadores da **COMPESA**, da comunidade e do meio ambiente;
- e) **Atualidade:** modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações, sua conservação e manutenção, bem como a melhoria e expansão dos serviços na medida da necessidade dos **CLIENTES**, visando cumprir plenamente com os objetivos e metas deste **CONTRATO DE PROGRAMA**;
- f) **Generalidade:** universalidade da prestação dos serviços, ou seja, assegurado o direito de acesso aos serviços a todos os tipos e categorias de **CLIENTES**, observando o Plano de Metas;
- g) **Cortesia na prestação dos serviços:** tratamento aos **CLIENTES** com civilidade e urbanidade, assegurando o acesso facilitado e imediato às informações sobre os serviços, bem como para a apresentação de reclamações;
- h) **Modicidade:** a justa correlação entre os encargos decorrentes da prestação dos serviços, a remuneração da **COMPESA**, e as contraprestações pecuniárias pagas pelo **CLIENTES**.

§ 3°. Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando, motivado por:

- I. Razões de ordem técnica ou de segurança das instalações;
- II. Negativa do CLIENTE em permitir a instalação do dispositivo de medição de água consumida;
- III. Manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação da **COMPESA**, por parte do CLIENTE;
- IV. Eventos de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fato da Administração;
- V. Inadimplemento do CLIENTE considerando o interesse da coletividade.

§ 4°. A interrupção motivada por razões de ordem técnica deverá ser previamente comunicada à **ARPE** e ao CLIENTE, com antecedência compatível fixada na regulação, salvo nos casos de iminente ameaça ou comprometimento da segurança de instalações ou pessoas, a juízo da **COMPESA**, devendo o fato ser comunicado incontinentemente à **ARPE**.

§ 5°. Cabe à **COMPESA**, em qualquer uma das hipóteses acima, adotar as providências cabíveis, no sentido de reduzir a descontinuidade do serviço ao prazo estritamente necessário.

§ 6°. A **COMPESA** passará a prestar os serviços assim que as instalações do CLIENTE estiverem em conformidade com as normas técnicas ou de regulação, desde que a **COMPESA** já disponha de infra-estrutura local adequada.

§ 7°. A interrupção do fornecimento de água dar-se-á nos seguintes casos:

- I. Solicitação do CLIENTE;
- II. Interdição do imóvel por autoridade competente;
- III. Catástrofes, intempéries, ou acidentes, tais como enchentes, estiagens prolongadas, estouramento de redes, etc;
- IV. Manutenção do sistema;
- V. Cometimento de qualquer das infrações dispostas no artigo 77 do Regulamento Geral do Fornecimento de Água e Coleta de Esgotos (Anexo I).

§ 8°. O fornecimento de água deverá ser restabelecido logo após a regularização da ocorrência que deu a causa à interrupção.

§ 9°. Nos casos das interrupções decorrentes dos incisos I e V do parágrafo 7°, o restabelecimento dar-se-á em até 2 (dois) dias úteis, após o pagamento das despesas com a interrupção, com o restabelecimento do fornecimento de água e de outros débitos, porventura, existentes e, nos demais

casos, tão logo seja tecnicamente possível, após a cessação da condição que deu causa à interrupção.

§ 10°. A **COMPESA** poderá recusar a execução dos serviços ou interrompê-los sempre que considerar a instalação, ou parte dela, insegura, inadequada ou não apropriada para receber os serviços, ou que interfira com sua continuidade ou qualidade, na forma que dispuser a regulação.

§ 11°. Para os fins do disposto neste **CONTRATO**, os ramais prediais de água serão suprimidos nos seguintes casos:

- I. Interdição judicial ou administrativa do imóvel;
 - II. Desapropriação do imóvel;
 - III. Incêndio ou demolição;
 - IV. Fusão de ramais ou unificação de lotes.
 - V. Não regularização, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, da infração prevista no inciso IV do Art. 77 do Regulamento Geral do Fornecimento de Água e Coleta de Esgotos (Anexo I).
- a. Os ramais prediais de água serão suprimidos por solicitação do **CLIENTE**, exclusivamente nos casos previstos nos incisos II a IV, desde que acompanhada da respectiva documentação comprobatória.
 - b. Para os casos não previstos neste parágrafo, a solicitação do **CLIENTE** será submetida à **COMPESA**, devendo ser efetuada a supressão do ramal predial tão somente quando não atendidos os parâmetros de regularidade de prestação do serviço, fixados por meio de resolução da entidade reguladora e/ou do meio ambiente.

§ 12. Para os fins do disposto neste **CONTRATO**, os ramais prediais de esgotos serão suprimidos nos seguintes casos:

- I. Desapropriação do imóvel;
 - II. Incêndio ou demolição;
 - III. Fusão de ramais ou unificação de lotes;
 - IV. O cometimento, pelo **CLIENTE**, da infração de lançamento, na rede de esgotos, de despejos, que por suas características, exijam tratamento prévio.
- a) Nos casos previstos no inciso I e III, a solicitação deverá vir acompanhada da documentação comprobatória.
 - b) Ocorrendo a hipótese prevista no inciso IV, além da supressão do ramal, a **COMPESA** comunicará o fato ao Ministério Público e aos órgãos do meio ambiente e responsabilizará o **CLIENTE** pelos eventuais danos causados aos seus bens.
 - c) Para os casos não previstos neste parágrafo, a solicitação do **CLIENTE** de supressão de ramal de esgoto deverá ser

submetida à análise das entidades de regulação e de fiscalização do meio ambiente competentes.

DOS CRITÉRIOS, DOS INDICADORES, DAS FÓRMULAS E DOS PARÂMETROS DEFINIDORES DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA QUARTA. Os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade constam da legislação e regulamentos disciplinadores dos serviços, bem como do estabelecido do Convênio de Cooperação e neste **CONTRATO DE PROGRAMA**.

CLÁUSULA QUARTA-BIS (Das metas e do conteúdo mínimo do contrato). A **CONTRATADA**, na área de abrangência do prestador, deverá cumprir: (N.R)

- I. - com as metas previstas no artigo 11-B da nova redação da **LNSB - LEI NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO** (Lei federal 11.445, de 5 de janeiro de 2007), se mais rigorosas que as metas contratuais estabelecidas, ficando substituídas as metas previstas nos instrumentos contratuais pelas metas legais de universalização; (N.R)
- II. - com o conteúdo mínimo do contrato, que se considera sempre sua parte integrante, nos termos do previsto no artigo 10-A da nova redação da **LNSB**, caso Norma de Referência emitida pela **ANA** considere imprescindível para os contratos celebrados anteriormente à Lei 14.026/2020. (N.R)

§ 1º O disposto no **caput** desta Cláusula será detalhado na forma da regulação, em especial mediante normas de referência a serem editadas pela **ANA - AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO**, bem como de eventuais normas a elas complementares editadas pela **ARPE - AGÊNCIA REGULADORA DE PERNAMBUCO** (N.R)

§ 2º A **CONTRATADA** assume o risco regulatório de execução do previsto nesta Cláusula, em especial no que se refere ao conteúdo de normas de referência ou regulatórias vindouras, desde que preservada a equação econômico-financeira do contrato. (N.R)

§ 3º. No que diz respeito às metas de universalização dos serviços, de acordo com a **NORMA DE REFERÊNCIA Nº 2, DA ANA**, ficam estabelecidas: (N.R)

Ano	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
IUA (%)	93,72%	94,98%	96,23%	98,12%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%
IUE (%)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
IUT (%)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Ano	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041
IUA (%)	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%

IUE (%)	40,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
IUT (%)	40,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
Ano	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	
IUA (%)	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	
IUE (%)	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	
IUT (%)	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	

§ 4°. As alterações realizadas por meio de modificações no Plano de Saneamento Básico da Microrregião serão automaticamente incorporadas no contrato de prestação de serviços. (N.R)

§ 5°. A **COMPESA** assume o risco regulatório de execução das metas de não intermitência, de perdas e melhoria nas qualidades dos processos, conforme regulamentação da **ANA** e da **ARPE**, desde que observada a garantia a seu equilíbrio econômico-financeiro. (N.R)

§ 6°. No que diz respeito aos indicadores de cálculo de cumprimento contratual e execução das metas previstas, a serem verificados anualmente, nos exatos termos da **NORMA DE REFERÊNCIA N° 2, DA ANA**, considera-se: (N.R)

I - O **INDICADOR DE UNIVERSALIZAÇÃO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (IUA)** será medido pela seguinte fórmula: (N.R)

IUA = $100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de água} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de água}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$ (N.R)

II - O **INDICADOR DE UNIVERSALIZAÇÃO DE COLETA DE ESGOTOS SANITÁRIOS (IUE)** será medido pela seguinte fórmula: (N.R)

IUE = $100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de esgoto} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de esgoto}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$ (N.R)

III - O **INDICADOR DE UNIVERSALIZAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTOS SANITÁRIOS (IUT)** será medido pela seguinte fórmula: (N.R)

IUT = $100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas com tratamento de esgoto} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas com tratamento de esgoto}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$ (N.R)

DO CÁLCULO DE TARIFAS E DE OUTROS PREÇOS PÚBLICOS

CLÁUSULA QUINTA. As **TARIFAS**, e outros preços públicos, que irão remunerar a **COMPESA**, serão por ela arrecadados.

§ 1°. A política tarifária que se aplicará aos serviços objeto deste **CONTRATO** é aquela constante da legislação vigente e será uniforme em todo o Estado de Pernambuco.

§ 2º. A estrutura tarifária ou o valor das TARIFAS e de outros preços públicos, poderão ser alterados mediante decisão da **ARPE** ou alteração da legislação ou dos regulamentos, sem a necessidade de se formalizar alteração ao presente **CONTRATO DE PROGRAMA** ou ao Convênio de Cooperação.

§ 3º. Os preços públicos não tarifários auferidos pela **COMPESA** são os decorrentes da prestação de SERVIÇOS COMPLEMENTARES e/ou SERVIÇOS ADICIONAIS, na forma definida na regulação.

§ 4º. A **COMPESA** deverá manter escrituração contábil que permita à **ARPE** a efetiva e permanente fiscalização dos resultados da prestação dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES e dos SERVIÇOS ADICIONAIS.

DO SISTEMA DE COBRANÇA

CLÁUSULA SEXTA. A **COMPESA** efetuará as medições dos consumos de água ou, para os casos de não-hidrometração, aplicará a FATURA MÍNIMA.

- I. Nos casos de impossibilidade eventual de leitura do hidrômetro o faturamento se fará pela média dos últimos 6 (seis) meses;
- II. O faturamento pela média, de que se trata o inciso anterior, não poderá ser realizado por mais de 3 (três) meses consecutivos, sob pena de aplicação das sanções previstas na legislação pertinente.

§ 1º Serão lançados nas contas de consumos dos CLIENTES, quando for o caso, os valores correspondentes às multas e aos SERVIÇOS ADICIONAIS ou, com anuência do CLIENTE, dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES.

§ 2º. A **COMPESA**, poderá contratar empresas, instituição financeira ou não, para funcionar como agentes arrecadadores das quantias mencionadas nesta Cláusula, bem como para exercer as funções previstas no *caput*.

DA PARTICIPAÇÃO DO ESTADO OU DO MUNICÍPIO NO CUSTEIO DAS OBRAS E SERVIÇOS

CLÁUSULA SÉTIMA. Além das TARIFAS e outros preços públicos, a melhoria e/ou expansão dos serviços poderão ser custeados com recursos obtidos pelo Estado de Pernambuco ou pelo **MUNICÍPIO DE CUSTÓDIA**.

§ 1º. Na hipótese acima, a regulação tarifária deverá considerar os valores investidos e as condições de repasse dos ativos deles resultantes, visando à modicidade tarifária, quando for o caso, para o adequado cálculo dos

valores das TARIFAS e registro dos bens vinculados aos serviços.

§ 2º. No caso de os recursos investidos pelo **MUNICÍPIO DE CUSTÓDIA** serem oriundos de financiamento, mediante termo aditivo a este **CONTRATO**, poderão estes valores vir a ser integrados na TARIFA, de forma proporcional e consoante os moldes definidos pela **ARPE**.

DO FINANCIAMENTO

CLÁUSULA OITAVA. A **COMPESA** é a responsável pela obtenção dos recursos financeiros necessários à execução das obras e dos serviços públicos de saneamento básico objeto deste **CONTRATO**.

§ 1º. O **ESTADO** ou o **MUNICÍPIO** poderão responsabilizar-se pela obtenção dos recursos financeiros necessários à execução das obras e investimentos voltados à melhoria e expansão dos SERVIÇOS.

§ 2º. Na hipótese descrita no parágrafo primeiro desta Cláusula, a **ARPE** deverá considerar os valores investidos e as condições de repasse dos ativos deles resultantes nas contas da **COMPESA**, visando à modicidade tarifária, quando for o caso, e ao adequado cálculo dos valores das TARIFAS e registro dos BENS AFETOS À EXPLORAÇÃO.

§ 3º. A **COMPESA**, nos Contratos de financiamento, poderá oferecer em garantia, os direitos emergentes deste **CONTRATO**, até o limite prudencial definido pelos órgãos de controle.

§ 4º. A **COMPESA** poderá opor ao **MUNICÍPIO**, por conta dos financiamentos de que trata esta Cláusula, exceções ou meios de defesa como justificativa para o descumprimento de condição estabelecida neste **CONTRATO**, especialmente o atraso na execução das obras necessárias ou no cumprimento das metas EXPLORAÇÃO.

DAS OBRAS

CLÁUSULA NONA. Para execução das obras, a **COMPESA** deverá obter todas as licenças que se fizerem necessárias, bem assim utilizar materiais cuja qualidade seja compatível com as normas editadas pelos órgãos técnicos especializados e, ainda, cumprir todas as especificações e normas técnicas brasileiras que assegurem integral solidez e segurança à obra, tanto na sua fase de construção, quanto nas fases de operação e manutenção.

§ 1º. A **COMPESA** ficará responsável pelo desenvolvimento e execução dos projetos básicos e executivos pertinentes à execução das obras, podendo contratar a sua execução, com observância dos princípios contidos na Lei Federal nº 8.666/93.

§ 2º. A **COMPESA** deverá disponibilizar ao **MUNICÍPIO** toda a documentação relacionada às obras, inclusive os projetos básico e executivo, na medida em que forem sendo produzidos.

§ 3º. Caso o **MUNICÍPIO** julgue a obra defeituosa, imperfeita, em desacordo com o projeto básico ou executivo ou realizada com o emprego de materiais de má qualidade, por recomendação do **MUNICÍPIO** ou não, com base em laudo técnico fundamentado, poderá requerer à **COMPESA** que refaça as obras defeituosas, ou empregue materiais de boa qualidade para torná-las perfeitas, assegurando-se à **COMPESA** amplo direito de defesa e ao contraditório.

DAS EXPROPRIAÇÕES E SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA. Cabe à **COMPESA**, como entidade delegada do ESTADO, promover desapropriações, instituir servidões administrativas, propor limitações administrativas e ocupar provisoriamente bens imóveis necessários à execução e conservação de obras e serviços vinculados à EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS objeto deste **CONTRATO**.

§ 1º. Os ônus decorrentes das desapropriações ou imposição de servidões administrativa, seja por acordo, seja pela propositura de ações judiciais, sempre correrão à conta da **COMPESA**.

§ 2º. O disposto no parágrafo acima se aplica também à autorização para ocupação provisória de bens imóveis, bem assim para o estabelecimento de limitações administrativas de caráter geral, para o uso de bens imóveis necessários à prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO.

§ 3º. Compete à **COMPESA** indicar, de forma justificada, com 60 (sessenta) dias de antecedência, ao **ESTADO** ou ao **MUNICÍPIO**, conforme o caso, as áreas que deverão ser declaradas de utilidade pública para fins de desapropriação ou instituídas como servidões administrativas, dos bens imóveis necessários à execução e conservação dos serviços e obras vinculadas à EXPLORAÇÃO, para que sejam promovidas as respectivas declarações de utilidade pública, com urgência necessária.

§ 4º. A **COMPESA** dará conhecimento à **ARPE**, anualmente, dentro dos 90 (noventa) primeiros dias de cada ano civil, acerca do andamento dos processos administrativos ou judiciais relativos à desapropriação, informando também os valores relativos a indenizações pagas aos expropriados, seja em virtude de acordo ou em virtude de decisão judicial, no ano imediatamente anterior.

DA PROTEÇÃO AMBIENTAL

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. A **COMPESA** deverá se submeter a todas as medidas legais adotadas pelas autoridades com poderes de fiscalização de meio ambiente, no âmbito das respectivas competências, devendo adotar programas e implementar medidas preventivas e/ou corretivas do meio ambiente, inclusive por intermédio de novas obras e serviços não previstos originariamente, cabendo à **ARPE** garantir o equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO** e suas Cláusulas e condições.

§ 1º. A **COMPESA** é responsável pela obtenção das licenças ambientais necessárias à execução das obras destinadas ao cumprimento das metas e objetivos do **CONTRATO** e suas observando o seguinte:

- I. A **COMPESA**, desde que cumpridas as normas ambientais pertinentes e demais exigências do órgão competente, poderá opor ao **ESTADO**, à **ARPE** ou ao **MUNICÍPIO**, por conta da não obtenção tempestiva das licenças ambientais de que trata esta Cláusula, exceções ou meios de defesa como causa justificadora do descumprimento das metas e objetivos previstos neste **CONTRATO**;
- II. A **ARPE**, inclusive por solicitação do **MUNICÍPIO**, deverá, no caso supra, deferir prorrogação de prazos para a realização de metas e objetivos previstos neste **CONTRATO** quando, embora a **COMPESA** comprove o cumprimento de todos os requisitos para obtenção da licença, não a tenha conseguido por razões alheias a sua vontade;
- III. A **COMPESA** deverá adaptar o seu cronograma de investimentos, nas ÁREAS AFETAS À EXPLORAÇÃO, nos termos de deliberação da autoridade ambiental federal, estadual ou municipal, que venha oportunamente a tratar das metas e parâmetros previstos neste **CONTRATO** e atinja ditos investimentos, assegurado o equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**.

§ 2º. Na hipótese de o **MUNICÍPIO** ou o **ESTADO** ser obrigado a ressarcir a **COMPESA**, por força da aplicação das disposições pertinentes à proteção ambiental, o pagamento se fará mediante compensação acordada entre as partes.

DOS RISCOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. A **COMPESA**, durante o prazo de vigência do presente **CONTRATO**, deverá manter a efetiva política de cobertura dos riscos inerentes à execução das atividades relacionadas à prestação dos serviços objeto deste **CONTRATO**.

DOS PROCEDIMENTOS QUE GARANTAM TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DE CADA SERVIÇO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. A **COMPESA**, nos termos da regulação dos serviços, adotará procedimentos que garantam a transparência da gestão econômica e financeira, permitindo que se identifique o arrecadado e o investido no território do **MUNICÍPIO DE CUSTÓDIA** tanto nos serviços de abastecimento de água como nos de esgotamento sanitário.

§ 1º. Dentre outros requisitos, por meio dos procedimentos previstos *caput*, a **COMPESA** deverá:

- I. Manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados e não aos serviços;
- II. Elaborar relatórios anuais de desempenho;
- III. Apresentar à **ARPE** relatórios técnicos e demonstrativos operacionais e financeiros, com frequência mínima anual, de modo a que se torne transparente a gestão econômica e financeira dos serviços disciplinados neste **CONTRATO**;
- IV. Inventariar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da assinatura deste Contrato de Programa, atendida a regulação, todos os bens e equipamentos vinculados à prestação dos serviços.
- V. Prestar, no prazo determinado, as informações que lhe forem solicitadas pelo **ESTADO**, pelo **MUNICÍPIO** ou pela **ARPE**, salvo impossibilidade devidamente justificada ou necessidade de prorrogação demonstrada.

§ 2º. O inventário das redes de distribuição, dos ramais e das instalações dos **CLIENTES** referido no inciso IV do § 1º desta Cláusula poderá ser feito provisoriamente com base nos elementos cadastrais existentes, ficando sujeito à correção posterior, devendo estar concluído o inventário definitivo no prazo 12 (doze) meses, a contar da assinatura deste **CONTRATO DE PROGRAMA**.

DOS DIREITOS E DEVERES DOS CLIENTES

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. Sem prejuízo do estabelecido na legislação e nos regulamentos dos serviços, são direitos e deveres dos **CLIENTES**:

- I. Receber os serviços públicos em condições adequadas;
- II. Pagar a **TARIFA** e outros preços públicos fixados nos termos da regulação, bem como as penalidades decorrentes de mora ou inadimplemento;
- III. Receber todas as informações para a defesa dos interesses individuais ou coletivos, bem como as necessárias para a eficiente utilização dos serviços públicos;
- IV. Levar ao conhecimento da **ARPE** as irregularidades das quais venham a ter conhecimento;

- V. Contribuir para a permanência das boas condições dos bens vinculados aos serviços públicos;
- VI. Cumprir com o previsto na legislação e no Regulamento Geral do Fornecimento de Água e Coleta de Esgotos da **COMPESA**, inclusive resoluções dos órgãos reguladores, especialmente os referentes aos despejos industriais;
- VII. Responder, na forma da regulação, perante a **COMPESA**, pelos danos materiais ou pessoais causados em decorrência da má utilização das instalações ou dos serviços colocados à sua disposição;
- VIII. Consultar, à **COMPESA**, anteriormente à instalação de tubulações internas, quanto ao local do ponto de entrega da água tratada e o de coleta das águas residuárias;
- IX. Solicitar, à **COMPESA**, autorização para proceder a qualquer alteração que pretenda fazer no ponto de entrega da água ou no de coleta das águas residuárias;
- X. Autorizar a entrada de prepostos da **COMPESA**, devidamente credenciados, nos imóveis que estejam ocupando para que possam ser executadas as ações de interesse dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, ou os que sejam a ele complementares, inclusive a instalação dos equipamentos necessários à sua respectiva prestação;
- XI. Manter as instalações internas, tais como caixa de água, tubulações e conexões, dentre outras, sempre limpas e em condições de conservação e higiene adequadas;
- XII. Averiguar qualquer vazamento de água existente nas instalações internas, reparando-as imediatamente;
- XIII. Manter as instalações de sua unidade nas condições de utilização estabelecidas pelas autoridades competentes.

§ 1º. A **COMPESA** não poderá condicionar a ligação ou religação da unidade do CLIENTE ao pagamento de valores não previstos na regulação dos serviços, bem como de débitos não imputáveis ao CLIENTE, ou, ainda, interromper a prestação dos serviços fora das hipóteses previstas na regulação.

§ 2º. A **COMPESA** pode exigir que o CLIENTE realize pré-tratamento de seus efluentes de esgoto sempre que apresentem poluentes incompatíveis com o sistema de esgoto sanitário, segundo as normas pertinentes.

DA FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. A **COMPESA** deverá refazer ou corrigir as obras ou serviços que sejam considerados defeituosos, em desacordo com o projeto básico ou executivo, ou realizados com o emprego de materiais de má qualidade.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação do disposto no *caput* desta Cláusula dar-se-á mediante procedimento instaurado pela **ARPE** ou pelos demais agentes fiscalizadores, de acordo com as respectivas competências, em que seja assegurado à **COMPESA** o direito à ampla defesa e ao contraditório.

DAS ATRIBUIÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Para a consecução do objeto pactuado neste instrumento competem:

§ 1º. Ao **ESTADO**, na **ARÉA AFETA À EXPLORAÇÃO**, sem prejuízo das obrigações previstas na legislação aplicável e neste **CONTRATO** as seguintes atribuições e responsabilidades:

- I. Fornecer todas as informações e dados disponíveis de qualquer natureza relacionados à prestação dos serviços objeto deste **CONTRATO**, solicitados por escrito pela **COMPESA** ou pela **ARPE**;
- II. Intervir na execução do **CONTRATO**, nos casos e nas condições nele previstas;
- III. Estabelecer as metas e definir a política de **SANEAMENTO BÁSICO** no Estado de Pernambuco.

§ 2º. Ao **MUNICÍPIO**:

- I. Atuar, de forma complementar, na fiscalização, no que couber, dos serviços objeto do presente **CONTRATO**, no que se refere aos aspectos técnico, operacional e de atendimento, relativos à prestação dos serviços nos limites do **MUNICÍPIO DE CUSTÓDIA** sem prejuízo da fiscalização independente da **ARPE**;
- II. Aplicar, no exercício da atividade de fiscalização, as penalidades regulamentares e contratuais no âmbito de sua competência;
- III. Propor a intervenção na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei e neste **CONTRATO**;
- IV. Ter acesso, no acompanhamento da execução dos serviços objeto do presente **CONTRATO**, por intermédio de seus agentes devidamente credenciados, às instalações e aos dados relativos à administração, contabilidade e recursos técnicos da **COMPESA**;
- V. O **TITULAR DOS SERVIÇOS** poderá contribuir com recursos, principalmente para o atendimento da **ÁREA RURAL**, objetivando a implantação ou ampliação dos serviços, com a finalidade de antecipar o atingimento dos objetivos e das metas dos serviços; (N.R conforme SEGUNDO TERMO ADITIVO)
- VI. Definir e priorizar os investimentos com recursos previstos neste **CONTRATO**;

VII. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das metas de SANEAMENTO BÁSICO, relativas e ao **MUNICÍPIO DE CUSTÓDIA**, fixadas no Anexo III deste **CONTRATO**.

VIII. Executar os serviços de recomposição do calçamento das ruas danificadas, em virtude das obras de construção e reparo de redes públicas destinadas ao abastecimento de água e de esgotamento sanitário, bem como dos ramais domiciliares, cabendo as despesas relativas ao ressarcimento ao interessado ou responsável pelos referidos serviços.

§ 3º. Das atribuições comuns do **ESTADO** e do **MUNICÍPIO**:

I. Declarar bens imóveis de utilidade pública, em caráter de urgência, para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa, estabelecer limitações administrativas e autorizar ocupações temporárias de bens imóveis para assegurar a realização e a conservação de serviços e obras vinculados a **EXPLORAÇÃO** dos serviços objeto deste **CONTRATO**;

II. Promover e desenvolver medidas que assegurem a adequada preservação e conservação do meio ambiente;

III. Assegurar à **COMPESA** a plena utilização dos bens afetos à **EXPLORAÇÃO** em face de qualquer instância do Poder Público de quaisquer de suas esferas;

IV. Comunicar a **ARPE** as reclamações recebidas dos **CLIENTES**;

V. Conceder tempestivamente à **COMPESA**, na forma da legislação aplicável, as licenças e autorizações necessárias à execução dos serviços públicos e das obras relacionadas ao **SISTEMA**.

VI. Desenvolver projetos que valorizem a economia de água, a fim de viabilizar políticas de preservação dos recursos hídricos e do meio ambiente;

VII. Efetuar os pagamentos das tarifas referentes ao consumo mensal dos bens próprios, inclusive por banheiros, fontes, torneiras públicas, e ramais de esgotos sanitários utilizados pelo **MUNICÍPIO** ou pelo **ESTADO**, ou de responsabilidade deles, que deverão ser pontualmente liquidados;

VIII. Estabelecer as metas de SANEAMENTO BÁSICO quando vierem a influir no **MUNICÍPIO DE CUSTÓDIA**.

§ 4º. Ao **ESTADO** e ao **MUNICÍPIO**, sem prejuízo das obrigações previstas neste **CONTRATO** e, nos termos da legislação aplicável, incumbem, cumulativamente os seguintes encargos:

I. Cumprir e fazer cumprir as disposições do Regulamento Geral do Fornecimento de Água e Coleta de Esgotos (Anexo I) da **COMPESA** e as condições deste **CONTRATO**;

- II. Zelar pela boa qualidade dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO;
- III. Estimular o aumento da qualidade e o incremento da produtividade dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO prestados pela **COMPESA**;
- IV. Manter em seus arquivos, informações e documentação referente às redes, instalações e equipamentos utilizados nos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO, que lhes serão encaminhados pela **COMPESA** posteriormente ao recebimento definidos das obras;
- V. Auxiliar a **COMPESA** no relacionamento com as demais concessionárias de serviços públicos e com as comunidades de CLIENTES, buscando facilitar o cumprimento das obrigações previstas neste **CONTRATO**.

§ 5º. Além das obrigações constantes da legislação aplicável, do Regulamento Geral do Fornecimento de Água e Coleta de Esgotos da **COMPESA** e deste **CONTRATO** são direitos e deveres da **COMPESA**:

- I. Prestar o SERVIÇO PÚBLICO DE SANEAMENTO BÁSICO adequado, na forma prevista neste **CONTRATO**, no Regulamento Geral do Fornecimento de Água e Coleta de Esgotos (Anexo I) da **COMPESA** e nas demais disposições técnicas aplicáveis;
- II. Manter em dia o inventário e o registro dos bens afetos e os não afetos à EXPLORAÇÃO;
- III. Elaborar relatórios anuais de desempenho, em conformidade com o disposto na Cláusula Terceira deste **CONTRATO**;
- IV. Permitir aos encarregados da fiscalização em geral, e em especial ao ESTADO, ao **MUNICÍPIO** e à **ARPE**, o seu livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações vinculadas à EXPLORAÇÃO, bem como aos seus registros contábeis;
- V. Prestar, no prazo determinado, as informações que lhe forem solicitadas pelo ESTADO, pelo **MUNICÍPIO** e pela **ARPE**, e por outras autoridades relacionadas ao objeto deste **CONTRATO**;
- VI. Zelar pela integridade dos bens afetos ou não afetos à EXPLORAÇÃO, adotando as providências necessárias, inclusive judiciais, para a garantia do patrimônio vinculado à EXPLORAÇÃO;
- VII. Informar aos CLIENTES acerca do desempenho dos serviços prestados, das metas e objetivos alcançados e a alcançar, das razões e da forma de cálculo do REAJUSTE e da REVISÃO das TARIFAS, observados os prazos previstos neste **CONTRATO**;

- VIII.** Providenciar para que seus empregados e agentes, bem como de suas contratadas, encarregados da segurança de bens e pessoas, sejam registrados perante as repartições competentes, adotem visível identificação funcional e estejam instruídos a prestar apoio à ação da autoridade competente e aos **CLIENTES**;
- IX.** Manter, na sede da administração e em seus escritórios regionais, livros numerados e visados pela **ARPE**, bem como sistema de atendimento e de recebimento de reclamações por telefone, acessível por ligação gratuita, destinados ao registro de reclamações ou queixas relativas à prestação de **SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO** e à conduta da **COMPESA** e de seus prepostos;
- X.** Apresentar à **ARPE** relatórios técnicos e demonstrativos operacionais e financeiros, com frequência mínima anual, de modo a retratar o fiel andamento do **CONTRATO**;
- XI.** Indicar, de forma justificada e com 60 (sessenta) dias de antecedência, ao **ESTADO** e ao **MUNICÍPIO** as áreas que deverão ser declaradas de utilidade pública e instituídas como servidões administrativas, para que o **ESTADO**, ou o **MUNICÍPIO**, quando for o caso, promovam as respectivas declarações de utilidade pública;
- XII.** Promover as desapropriações e servidões sobre bens imóveis declarados de utilidade pública pelo **ESTADO** ou pelo **MUNICÍPIO**, seja mediante acordo ou por intermédio de ação judicial, arcando com o pagamento das indenizações correspondentes, bem assim propor limitações administrativas de caráter geral ao uso de imóveis, ocupando-os, provisoriamente, quando autorizado por decreto do **ESTADO** ou do **MUNICÍPIO**;
- XIII.** Promover, durante o prazo da vigência deste **CONTRATO**, análises de laboratório correspondentes ao desempenho de cada Unidade, para garantir o cumprimento da legislação específica relativa ao monitoramento da qualidade da água distribuída e da eficiência dos tratamentos de esgoto, encaminhando relatórios mensais de resultados à **ARPE**, observado o Regulamento Geral do Fornecimento de Água e Coleta de Esgotos (Anexo I) da **COMPESA**;
- XIV.** Adotar as medidas necessárias para coibir o uso indevido ou a ocupação não autorizada dos **BENS AFETOS À EXPLORAÇÃO**, mantendo o Estado de Pernambuco, o **MUNICÍPIO DE CUSTÓDIA** e a **ARPE** informados a respeito de quaisquer fatos que comprometam sua adequada utilização;

- XV.** Obter, junto às autoridades competentes as licenças, inclusive as ambientais necessárias à execução das obras ou SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO, sendo ainda responsável pelo pagamento dos custos correspondentes;
- XVI.** Responder, nos termos da lei, por quaisquer danos e/ou prejuízos causados por si ou por seus prepostos no exercício da execução das atividades previstas neste **CONTRATO**;
- XVII.** Manter em situação regular os encargos tributários, trabalhistas, previdenciários e comerciais de resultantes deste **CONTRATO**;
- XVIII.** Enviar à **ARPE**, trimestralmente, relatório sobre as reclamações apresentadas pelos **CLIENTES** e sobre as providências adotadas relativas ao objeto deste **CONTRATO**;
- XIX.** Aprovar previamente os projetos para redes de água e de esgoto, para fins de obtenção da autorização do **MUNICÍPIO** para o parcelamento do solo sob a forma de loteamento, desmembramento ou condomínio, no perímetro urbano. Nesta hipótese, o proprietário do parcelamento do solo urbano em quaisquer de suas formas, transferirá sem nenhum ônus à **COMPESA**, e sem indenização pelo **MUNICÍPIO**, as redes de água e de esgotos implantadas nos empreendimentos.

A REGULAÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA. A **ARPE** atuará como Entidade Reguladora dos serviços objeto deste **CONTRATO DE PROGRAMA**, exercendo a regulação e a fiscalização nas áreas econômico-financeira, técnico-operacional e de atendimento.

PARAGRAFO ÚNICO. Será de responsabilidade da **ARPE** a fiscalização do cumprimento dos Planos de Saneamento por parte da **COMPESA**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA. A **ARPE** será responsável, ainda, pela regulação das questões relativas à REVISÃO e ao REAJUSTE das TARIFAS, nos termos da legislação e do regulamento em vigor.

DAS PENALIDADES E DE SUA FORMA DE APLICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA. A falta de cumprimento, por parte da **COMPESA**, de qualquer Cláusula deste **CONTRATO DE PROGRAMA**, sem prejuízo do disposto nas demais Cláusulas e penalidades previstas na legislação pertinente, poderá ensejar a aplicação das seguintes penalidades:

- I.** - advertência, e
- II.** - multa.

§ 1º. A penalidade do inciso "I" e a multa previstas no inciso "II", respeitados os limites previstos, serão aplicados segundo a gravidade da infração.

§ 2º. No caso de a **COMPESA** vir a reincidir na infração, ficará sujeita, daí por diante, à aplicação da mesma sanção de multa que será aplicada em valor dobrada.

§ 3º. O valor total das multas aplicadas a cada mês não poderá exceder os limites previstos na Lei Estadual nº 12.524, de 30 de dezembro de 2003.

§ 4º. A execução deste **CONTRATO** está subordinada aos normativos da **ARPE**, inclusive no que se refere a penalidades.

§ 5º. O simples pagamento da multa não eximirá a **COMPESA** da obrigação de sanar a falha ou irregularidade a que deu origem.

DOS CASOS DE EXTINÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA. O presente **CONTRATO** será extinto, exclusivamente, nas seguintes hipóteses:

- I. Pelo **ESTADO** ou **MUNICÍPIO**, unilateralmente, através de rescisão fundamentada e motivada, sempre que o relevante interesse público o autorize, na forma definida neste **CONTRATO**;
- II. Advento do Termo Final do prazo do **CONTRATO**, sem que haja prorrogação pactuada entre as PARTES;
- III. Falência, extinção ou impossibilidade de prestação dos serviços pela **COMPESA**.

§ 1º. A rescisão unilateral, total ou parcial do **CONTRATO** por qualquer dos CONTRATANTES, não afeta a permanência da **COMPESA** como ENTIDADE EXECUTORA da prestação dos SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO até que se processe e finalize a formalização de novo instrumento que assegure a EXPLORAÇÃO regular dos serviços por terceiro. Nesse caso, sem prejuízo da reversão ou indenização dos bens afetos à EXPLORAÇÃO, obriga-se, a **COMPESA**, a continuar a prestar, de maneira adequada, os serviços públicos, nas mesmas bases deste **CONTRATO**, até que ocorra a sua substituição, respeitado o equilíbrio econômico financeiro previsto no **CONTRATO**.

§ 2º. A rescisão não libera os contratantes dos compromissos assumidos neste **CONTRATO** enquanto estiver vigente.

§ 3º. O advento do termo final do **CONTRATO** opera, de pleno direito, a sua extinção, salvo se as partes manifestarem, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a intenção de prorrogação do **CONTRATO**, mediante instrumento próprio.

§ 4º. O **CONTRATO** poderá ser extinto caso a **COMPESA** venha a ser declarada falida ou no caso da sua extinção.

§ 5°. Na hipótese de dissolução ou liquidação da **COMPESA**, a partilha do respectivo patrimônio social será precedida de auto de vistoria, a cargo da **ARPE**, que informará o estado em que se encontram os BENS AFETOS À EXPLORAÇÃO, os quais, conforme o caso, serão revertidos ao estado ou ao **MUNICÍPIO**, na proporção dos investimentos realizados, livres de ônus ou indenizados.

§ 6°. Na hipótese de falência, extinção ou impossibilidade de prestação dos serviços pela **COMPESA**, o **ESTADO** envidará esforços no sentido de que parte ou a totalidade dos empregados da **COMPESA** que participem diretamente da operação de EXPLORAÇÃO passem para o sucessor, sem qualquer ônus futuro para a **COMPESA**, nos termos a serem definidos em regulamento próprio.

§ 7°. Extinto o **CONTRATO**, os BENS AFETOS À EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO permanecerão vinculados à prestação dos serviços.

§ 8°. Em ocorrendo a extinção do **CONTRATO**, o **ESTADO** poderá, a seu exclusivo critério, assumir os Contratos celebrados pela **COMPESA**, desde que necessários à continuidade dos serviços públicos, incluindo-se dentre estes os Contratos de financiamento das expansões previamente aprovadas e que não comporte período de amortização superior ao prazo restante ao prazo de término do **CONTRATO**.

DOS BENS

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA. Os bens vinculados à prestação dos serviços não poderão ser alienados ou onerados, por qualquer forma, e permanecerão vinculados à prestação dos serviços, mesmo na hipótese de extinção do **CONTRATO DE PROGRAMA**, sem prejuízo das indenizações cabíveis, na proporção dos investimentos realizados pelas partes.

§ 1°. Na conformidade do previsto na regulação, os bens mencionados no *caput* desta Cláusula deverão estar devidamente registrados na contabilidade da **COMPESA**, de modo a permitir a sua fácil identificação.

§ 2°. Os registros previstos no § 1°. Desta Cláusula deverão estar implementados no prazo de até 3 (três) anos, contados da data de assinatura deste **CONTRATO**.

§ 3°. Mediante termo aditivo a este **CONTRATO**, o **MUNICÍPIO DE CUSTÓDIA** poderá realizar investimentos e produzir bens vinculados aos serviços. O referido termo aditivo definirá como estes bens serão realizados, operados, registrados e contabilizados.

§ 4°. Os bens vinculados aos serviços deverão ser reformados, substituídos, conservados, operados e mantidos em suas

condições normais de uso, de tal maneira que, mesmo após a extinção deste **CONTRATO**, encontrem-se em seu estado normal de utilização, excetuado o desgaste normal proveniente de seu funcionamento.

§ 5º. Os prazos dos eventuais Contratos celebrados pela **COMPESA**, que envolvam a exploração comercial dos bens afetos ou vinculados aos serviços, não poderão ultrapassar o prazo previsto na regulação e no presente **CONTRATO**.

§ 6º. Não serão admitidas atividades que deterioreem os bens vinculados aos serviços por agentes poluidores de qualquer natureza.

§ 7º. As eventuais benfeitorias feita pela **COMPESA** nos bens vinculados aos serviços, com a finalidade de obter as RECEITAS ADICIONAIS, serão revertidas para a prestação de serviços ora contratados.

DAS REVERSÃO DOS BENS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - Ocorrendo a rescisão do presente **CONTRATO**, sob qualquer de suas formas, ou mesmo a declaração de nulidade deste, a **COMPESA** procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização que lhe será devida, em face das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade da prestação dos serviços, inclusive as intervenções necessárias, de caráter emergencial, efetuadas pela **COMPESA**, com a finalidade de assegurar a manutenção das condições de operação regular do Sistema de Abastecimento de Água no âmbito do **MUNICÍPIO DE CUSTÓDIA** constantes do Plano de Investimentos (Anexo VI), para viabilizar a gestão associada dos serviços.

§ 1º. A indenização que trata o *caput* será calculada após o levantamento mais amplo e retroativo possível dos elementos físicos constituintes da infra-estrutura de bens reversíveis e dos dados financeiros, contábeis e comerciais relativos à prestação dos serviços, em dimensão necessária e suficiente para a realização do cálculo de eventual indenização relativa aos investimentos, observadas as disposições legais e contratuais que regulavam a prestação do serviço ou a ela aplicáveis.

§ 2º. O cálculo da indenização dos investimentos será feito com base em avaliação de seu valor econômico ou reavaliação patrimonial, definidos pelas legislações fiscal e das sociedades por ações, efetuada por empresa de auditoria independente escolhida de comum acordo pelas partes.

§ 3º. O pagamento de eventual indenização será realizado, mediante garantia real, por meio de 4 (quatro) parcelas anuais, iguais e sucessivas, dos investimentos e de outras indenizações relacionadas à prestação dos serviços, realizados com capital próprio da **COMPESA** ou de seu controlador, ou originários de operações de financiamento, ou obtidos mediante emissão de ações, debêntures e outros títulos mobiliários, com a primeira parcela paga até o último dia do exercício financeiro em que ocorrer a reversão.

§ 4º. Para os fins previstos nesta Cláusula, obriga-se a **COMPESA** a entregar os bens ali referidos em condições normais de operacionalidade, utilização e manutenção, sem prejuízo do normal do desgaste resultante do seu uso, inteiramente livres e desembaraçados de qualquer ônus ou encargos.

DA OBRIGATORIEDADE, DA FORMA E DA PERIODICIDADE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS TARIFAS E INVESTIMENTOS EFETUADOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA. Os relatórios anuais de desempenho deverão demonstrar o arrecadado na área da prestação dos serviços em gestão associada, bem como os investimentos nela efetuados.

§ 1º. Os relatórios anuais de desempenho deverão ser publicados por extrato no Diário Oficial do Estado e, em sua íntegra, na rede mundial de computadores - *internet*.

§ 2º. As normas de regulação poderão exigir que os relatórios anuais de desempenho sejam apresentados em audiência pública, onde será assegurada a participação das entidades representativas da sociedade civil e dos consumidores.

DOS CONTRATOS COM TERCEIROS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA. Sem prejuízo das responsabilidades e dos riscos previstos neste **CONTRATO**, a **COMPESA** poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao SERVIÇO PÚBLICO DE SANAMENTO BÁSICO, bem como a implantação de projetos associados, desde que não ultrapassem o prazo de vigência do presente **CONTRATO**.

§ 1º. Os Contratos de que trata esta Cláusula serão regidos pelo Direito Privado, não se estabelecendo nenhuma relação jurídica de terceiros com o **ESTADO**, com o **MUNICÍPIO**, ou com a **ARPE**.

§ 2º. A execução das atividades contratadas com terceiros impõe o cumprimento das normas regulamentares inerentes à prestação dos serviços objeto deste **CONTRATO**

DA PUBLICAÇÃO E REGISTRO DESTES CONTRATOS DE PROGRAMA

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA. Dentro de 20 (vinte) dias a que se seguirem a assinatura deste **CONTRATO DE PROGRAMA**, o **ESTADO**, o **MUNICÍPIO** e a **COMPESA**, providenciarão a sua publicação mediante extrato na imprensa oficial, bem como, em sua íntegra, nos sítios que mantém na rede mundial de computadores - *Internet*.

§ 1º. O **ESTADO**, providenciará a remessa de cópia deste **CONTRATO DE PROGRAMA** ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de sua assinatura; no mesmo prazo, a **COMPESA** deverá encaminhar cópia autêntica do **CONTRATO** à **ARPE**.

§ 2º. Tanto o **ESTADO**, como o **MUNICÍPIO** e a **COMPESA**, no âmbito de suas respectivas procuradorias, deverão arquivar via autêntica do presente instrumento.

DE FORO E DO MODO AMIGÁVEL DE SOLUÇÃO DAS CONTROVÉRSIAS CONTRATUAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA. As controvérsias originadas deste **CONTRATO DE PROGRAMA** serão dirimidas pela **ARPE** e, não sendo possível o acordo, pelo foro da Comarca do Recife, Capital do Estado de Pernambuco.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA-BIS (ARBITRAGEM). Toda e qualquer controvérsia decorrente ou relacionada ao presente contrato será resolvida por Arbitragem, a ser administrada pela **CAMARB - CÂMARA DE ARBITRAGEM EMPRESARIAL - BRASIL**, de acordo com as normas de seu Regulamento de Arbitragem. (N.R)

§ 1º A sede da arbitragem será no Município de Recife, Estado de Pernambuco, Brasil. Fica definida a sede como o foro competente para as ações a esta relacionadas, e para as demandas necessárias a assegurar a realização da arbitragem, a execução, a anulação, ou a declaração de nulidade da sentença arbitral, bem como as que objetivem medida cautelar ou de urgência. (N.R)

§ 2º O procedimento arbitral será conduzido em língua portuguesa. (N.R)

§ 3º As partes definem que o procedimento contará com a atuação de três árbitros, nomeados conforme o disposto no referido Regulamento. (N.R)

§ 4º A legislação aplicável será além daquela cabível à solução da controvérsia, o Regulamento de Arbitragem da **CAMARB**, inclusive no que diz respeito ao pagamento de honorários e despesas em geral com o procedimento. (N.R)

§ 5º O procedimento arbitral respeitará o princípio constitucional da publicidade, salvo em relação às informações relacionadas à disputa que, eventualmente, se

classifiquem como de caráter sigiloso, nos termos da legislação aplicável. (N.R)

E, estando justos e contratados, subscrevem o presente instrumento em três vias de igual conteúdo e teor, juntamente com as testemunhas abaixo.

Recife-PE, **25 de fevereiro de 2011.**

ESTADO DE PERNAMBUCO

Por seu Governador, o Sr. Eduardo Henrique Accioly Campos

MUNICÍPIO DE CUSTÓDIA

Por seu Prefeito Municipal, o Sr. Nemias Gonçalves De Lima

COMPESA

Por seu Diretor Presidente, o Sr. Roberto Cavalcanti Tavares

COMPESA

Por seu Diretor de Serviços Operacionais, o Sr. Fernando de Castro Lobo Júnior

COMPESA

Por seu Diretor Comercial e de Atendimento, o Sr. Décio José Padilha da Cruz

COMPESA

Por seu Diretor de Gestão Corporativa, o Sr. Carlos Eduardo de Brito Maia

TESTEMUNHAS: